RAP
REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FGV EBAPE

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Souza, I. G. L., & Cavalcante, P. P. M. (2023). Construção e validação de uma medida de reputação das áreas de gestão de pessoas de organizações públicas brasileiras. *Revista de Administração Pública*, *57*(6), e2022-0329. Retrieved from https://doi.org/10.1590/0034-761220220329

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Leonardo Henrique Lima de Pilla (Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro / RJ – Brazil; Tribunal de Contas da União, Brasília / DF – Brazil)

Two of the reviewers did not authorize the disclosure of their identities.

ROUND 1

Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 2 report

Date review returned: February 28, 2023.

Comments to the authors:

O artigo "Medida de Reputação das Áreas de Gestão de Pessoas na Administração Pública" (RAP-2022-0329) aborda um tópico relevante (reputação no nível intraorganizacional em órgãos do setor público), que ainda precisa de aprofundamento na literatura, tal como proposto pelos autores. Embora a questão de pesquisa não esteja

formulada de modo expresso, é possível depreender que o artigo almeja propor a "construção e validação de uma medida de reputação para os setores de GP [gestão de pessoal] de organizações públicas brasileiras". De modo geral, o trabalho está bem escrito, é claro e objetivo, além de utilizar uma abordagem metodológica aderente ao problema tratado. Contudo, é necessário que os autores promovam algumas revisões e/ou esclareçam algumas questões de maior importância, conforme detalhado a seguir.

1. Seções de "Resumo" e "Introdução":

O "Resumo" descreve brevemente a intenção e os métodos do artigo. Está bem desenvolvido e bem escrito. No entanto, não aborda de forma completa os principais pontos geralmente requeridos em periódicos como a RAP. Por exemplo, não descreve resumidamente um eventual problema existente na literatura, a importância desse problema, a questão da pesquisa e sua contribuição teórica. O mesmo ocorre na "Introdução". Assim, para adequar/aprimorar tanto o "Resumo" quanto a "Introdução", um caminho possível para os autores seria considerarem a possibilidade de fazer a estruturação dessas seções seguindo, por exemplo, a proposta dos "Cinco Cs", de Lange e Pfarrer (2017).

O modelo dos "Cinco Cs" propõe que os autores descrevam o "Common Ground" (o que sabemos sobre o tema?); a "Complication" (qual é o ponto intrincado que merece atenção acadêmica?); o "Concern" (por que essa complicação é preocupante?); o "Course of Action" (como os autores endereçam a complicação a fim de resolvê-la?), e a "Contribution" (como os autores contribuem para a discussão teórica e prática sobre o tópico abordado?). Essa estrutura dos "Cinco Cs" é destinada, a princípio, a artigos teóricos. Mas também pode ser usada/adaptada para papers empíricos, especialmente o que ora se analisa, cujo propósito é o de desenvolvimento de uma medida de reputação. Evidentemente, existem diversos outros modelos muito interessantes que também podem ser aplicados pelos autores. De todo modo, é importante que os pontos centrais de um resumo (e.g., os "cinco Cs") estejam adequadamente endereçados tanto no resumo quanto na Introdução.

2. Seção de "Fundamentos Teóricos":

Na seção de fundamentos teóricos, os autores apresentam diversas definições, conceitos e abordagens sobre reputação, sem distinguir de maneira clara e sistemática os diversos campos em que essas definições foram formuladas e/ou são aplicadas. Por exemplo, Carpenter (2010), Maor (2010) e Bustos (2021) adotam uma perspectiva centrada no campo da Administração Pública. Por sua vez, Lange et al (2011) e Veh et al. (2018) têm a perspectiva de Strategic Management, ao passo que Joo & Mclean, focam na perspectiva de Human Resources Management. Talvez seja necessário, para melhor clareza e fluidez do texto, que os autores descrevam de forma pontual (porém sucinta) como cada corrente de literatura (e.g., Strategic Management e/ou Public Administration) aborda o constructo, explicando melhor as implicações que cada perspectiva tem para a discussão específica que o artigo propõe travar (construção de uma medida de reputação para unidade intraorganizacional no âmbito da administração pública).

Especificamente com relação ao caráter multidimensional da reputação, é importante destacar que existem diversas abordagens na literatura, além das dimensões propostas por Lange et al (2011) mencionadas no artigo. Por exemplo, Mishina et al. (2012), no campo de Management, propõem as dimensões de "character" e "capability". Parker et al. (2019) propõem as dimensões de "performance-based" e "behavior-based". No campo da Administração Pública, Carpenter and Krause (2012) propuseram as dimensões Performative, Technical, Legal-Procedural e Moral. Capelos et al (2016), as dimensões de reputation for efficacy and for morality. O artigo, contudo, não discute essas outras abordagens sobre as dimensões da reputação, em que pese serem elas amplamente debatidas na literatura. Como a questão de pesquisa do artigo envolve a reputação de setores de GP na administração pública, é importante que os autores reflitam se não seria adequado discutir também essas outras abordagens sobre as dimensões da reputação, não se limitando às dimensões propostas por Lange et al (2011).

Por exemplo, uma questão central que resta não endereçada no artigo é: as dimensões propostas por Carpenter and Krause (2012), validadas em escalas por Lee and Van Ryzin (2019) e Overman et al. (2021), não teriam implicações para a construção da escala de reputação das unidades de gestão de pessoal?

Outra questão importante é que não foram reportadas e/ou debatidas na seção de "Fundamentação Teórica" as escalas existentes de reputação de órgãos da Administração Pública. As escalas propostas e validadas por Lee e van Ryzin (2019) e Overman et al. (2021) não seriam aplicáveis no nível intra-organizacional no âmbito da administração pública? A fundamentação teórica dessas escalas não poderia contribuir com o presente trabalho? É importante observar que essas escalas foram desenvolvidas, validadas e publicadas em periódicos internacionais com alto fator de impacto, constituindo balizas concretas sobre o conhecimento na área, que não podem ser ignorados em um artigo deste tipo. Caberia, ao menos, discutir por que os autores entendem que elas não são aplicáveis (por exemplo, qual a lacuna que elas deixam e que precisa ser preenchida?).

Avançando na seção de "Fundamentos Teóricos", na linha 33 da página 4 os autores informam que fizeram um levantamento bibliográfico para fundamentar a afirmação de que "foram identificados apenas três modelos teóricos sobre o fenômeno da reputação". Contudo, apesar da abrangência e importância dessa afirmação categórica, os autores não apresentam detalhes sobre esse levantamento. É recomendável que os autores descrevam de modo mais detalhado a maneira pela qual foi feito esse levantamento bibliográfico, de modo a demonstrar sua robustez. Por exemplo, quais foram as palavras-chave? Em periódicos de quais áreas e subáreas de conhecimento (strategic management, public administration, HRM)? Por que essas áreas foram escolhidas?

É importante observar que não fica claro a que tipos de modelos teóricos os autores se referem na mencionada afirmação. Por exemplo, estão se referindo a modelos teóricos sobre a multi-dimensionalidade da reputação? Sobre os antecedentes e consequências da reputação? Modelos teóricos sobre a reputação existente em múltiplos níveis organizacionais? Modelos teóricos sobre diferentes reputações perante diferentes stakeholders? Do que exatamente os autores falam quando afirmam ter encontrado apenas três modelos teóricos de reputação? Isso não está claro e parece impreciso, dada a robustez do campo teórico sobre reputação.

Na linha 55 da página 4, os autores também afirmam que "as proposições conceituais e operacionais são tão variadas que impossibilitam a sistematização teórico-conceitual". Aqui também seria recomendável que os autores considerem explicar melhor. Por que as

proposições conceituais e operacionais são tão variadas? A pesquisa bibliográfica não havia definido critérios precisos para chegar em resultados específicos? Quais são os tipos de proposições conceituais e operacionais e porque é impossível sistematizá-las? Essa afirmação é realmente necessária?

Outra questão importante refere-se à transição entre a discussão da fundamentação teórica e a proposição do modelo dos autores (página 8, a partir da linha 24). Essa transição necessita fluir melhor, pois está saltando, de forma abrupta, de uma discussão ampla, focada no nível organizacional da reputação, para uma discussão mais específica, focada no nível da unidade intra-organizacional. Está, também, saltando do modelo de construção conceitual de Dowlings (2016) para uma proposição de modelo com dimensões específicas (“confiança”, “credibilidade” e “qualidade dos serviços”, esta última dividida em três fatores “eficiência”, “transparência” e “acessibilidade”) sem discutir o embasamento teórico-conceitual para essas dimensões e esses três fatores. Por que os autores entendem que são essas especificamente as dimensões e fatores que importam para as unidades de gestão de pessoas na administração pública?

Por fim, com relação ao último parágrafo da seção de “Fundamentos Teóricos”, é importante tecer duas observações. A literatura demonstra que a reputação não é apenas um “constructo atitudinal” (página 9, linha 45). Reflete também sobre a dimensão das "capacidades" da organização. Na literatura de Strategic Management, ver a discussão de Mishina et al (2012) e Parker et al. (2019). No campo da Administração Pública, refletir sobre a dimensão técnica proposta por Krause and Carpenter (2012). Além disso, os stakeholders nem sempre avaliam as organizações (ou suas unidades) sob as mesmas dimensões (página 9, linhas 48-50). Cada stakeholder foca em dimensões que lhe sejam mais salientes. É um consenso tanto da literatura de Strategic Management quanto de Administração Pública (Carpenter and Krause, 2012; Parker et al, 2021). Portanto, os autores precisam explicar melhor essas premissas elencadas ao final da seção de fundamentos teóricos.

3. Seção de “Métodos e Técnicas de Pesquisa”:

Inicialmente, é importante destacar que seria interessante ancorar os diversos procedimentos adotados para a pesquisa em algum método amplamente aceito e utilizado na literatura sobre o tema. Por exemplo, no desenvolvimento do Reputation Barometer de Overman et al (2021) os autores informaram haver balizado seus procedimentos no tutorial de Hinkin (1998).

É necessário que os autores explicitem os critérios adotados na seleção dos respondentes. Qual é a representatividade dessa amostra em relação à população? Foi feita de forma aleatória? Em caso negativo, quais foram os critérios? Esses critérios podem trazer alguma implicação para a validade ou a possibilidade de generalização dos resultados?

Os autores usaram apenas Exploratory Factor Analysis (EFA). Seria interessante, também, que os autores discutam a possibilidade de efetuar a "Confirmatory Factor Analysis" (CFA). É muito comum usar CFA após EFA, para confirmar a confiabilidade e a validade estatística da escala (Worthington & Whittaker, 2006; Kline, 2015). Uma abordagem possível para fazer a CFA seria o split da amostra, como feito em Lee and Van Ryzin: "We used one random split-half sample (n = 163) to run exploratory factor analysis and reserved the remaining split-half sample for running confirmatory factor analysis".

4. Seção de “Resultados e Discussões”:

É recomendável que os autores discutam com maior profundidade a "construct validity" após o cálculo da medida. Por exemplo, em geral, as pesquisas de desenvolvimento de escala discutem a "convergent validity" e a "discriminant validity". Ver exemplos em Lee e Van Ryzin (2019) e Carpenter and Krause (2021).

O artigo não apresenta as estatísticas descritivas dos respondentes da pesquisa, tais como gênero, idade, educação, renda, poder em que atua (executivo, legislativo, judiciário). Caso disponíveis, essas informações devem ser elencadas para demonstrar a robustez ou eventuais desequilíbrios na amostra. São muito úteis também nos testes de "discriminant validity", de forma a demonstrar que o constructo não tem correlação específica com alguma outra variável íntrinseca aos respondentes (idade, gênero, renda). Como exemplo,

sugiro ver o Appendix A de Lee and Van Ryzin, 2019. Caso esses dados não existam, talvez seja interessante mencionar isso como uma limitação da pesquisa.

Não foi explicado como os itens foram dispostos no questionário. Eles foram ordenados por blocos? Foram apresentados de forma aleatória? A disposição variou entre os respondentes? A forma como os itens aparecem é importante para evitar quaisquer vieses que possam ocorrer por conta da própria ordenação. Por exemplo, a constituição de blocos ou organização por dimensão já poderia, em tese, ter alguma influência nas respostas. A título ilustrativo, veja o exemplo da prática adotada por Lee and Van Ryzin (2019): "the order of items within blocks was randomized, and the order of the blocks was randomized, for each respondent.... we attempted to make sure that the content (wording) of the items and not the presentation of the items would determine their intercorrelations". Caso não tenham sido adotados procedimentos com essa finalidade, talvez seja interessante mencionar isso como uma limitação da pesquisa.

Na página 12, linha 31, não ficou claro em que momento houve alteração semântica dos 14 itens e porque esses eles foram alterados.

Outras questões de menor importância:

- Seria interessante revisar o Abstract em inglês (algumas frases estão longas e confusas, o termo “judges” talvez possa ser substituído por “evaluator”. A palavra “reliable” aparece duas vezes para palavras diferentes nas linhas 57 e 58;

- Na Introdução, página 2, linhas 51 a 60, sugiro reorganizar a lista (há listas dentro de listas, separadas sucessivamente por “:”);

- Na página 7, linhas 10 e 11, talvez seja interessante considerar se “ser conhecido” e “ser conhecido por algo” não seriam traduções mais adequadas para as expressões correspondentes em ingês;

- Nas Considerações Finais (página 18, linhas 38-41), não resta claro por que a medida desenvolvida poderia incrementar modelos preditivos de desempenho dos setores de GP

ou de organizações? Qual a relação entre a medida de reputação e um modelo de predição de desempenho?

Em conclusão, gostaria de congratular os autores pelo trabalho desenvolvido, pela sua relevância e qualidade. Espero que os comentários, as sugestões e reflexões acima possam contribuir com o aperfeiçoamento do artigo, de modo que a versão a ser eventualmente publicada na RAP seja ainda mais consistente e relevante.

Referências:

Capelos, Tereza, Colin Provost, Maria Parouti, Julia Barnett, Jonathan Chenoweth, Chris Fife-Schaw, and Tanika Kelay. 2016. Ingredients of Institutional Reputations and Citizen Engagement with Regulators. Regulation and Governance 10(4): 350–67.

Carpenter, Daniel P., and George A. Krause. 2012. Reputation and Public Administration. Public Administration Review 72(1): 26–32.

Hinkin, Timothy R. 1998. A Brief Tutorial on the Development of Measures for Use in Survey Questionnaires. Organizational Research Methods 1(1): 104–21.

Kline, Rex B. 2015. Principles and Practice of Structural Equation Modeling, 4th ed. New York: Guilford Press.

Lange, D, Pfarrer. 2017. "EDITORS' COMMENTS: SENSE AND STRUCTURE—THE CORE BUILDING BLOCKS OF AN AMR ARTICLE, Academy of Management Review 2017, Vol. 42, No. 3, 407–416.
https://doi.org/10.5465/amr.2016.0225.

Lee, D., & van Ryzin, G. G. (2020). Bureaucratic reputation in the eyes of citizens: an analysis of US federal agencies. International Review of Administrative Sciences, 86(1), 183–200. https://doi.org/10.1177/0020852318769127

Mishina, Y., Block, E. S., & Mannor, M. J. (2012). The path dependence of organizational reputation: how social judgment influences assessments of capability and character. Strategic Management Journal, 33(5), 459–477. https://doi.org/10.1002/SMJ.958

Overman, S., Busuioc, M., & Wood, M. (2020). A Multidimensional Reputation Barometer for Public Agencies: A Validated Instrument. Public Administration Review, 80(3), 415–425. https://doi.org/10.1111/PUAR.13158

Parker, O., Krause, R., & Devers, C. E. (2019). How Firm Reputation Shapes Managerial Discretion. Academy of Management Review, 44(2), 254–278. https://doi.org/10.5465/AMR.2016.0542

Worthington, R. L., & Whittaker, T. A. (2006). Scale development research: A content analysis and recommendations for best practices. The Counseling Psychologist, 34(6), 806–838.

Reviewer 3 report

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 2 report

Date review returned: June 02, 2023.

Comments to the authors:

Começo esta revisão novamente congratulando os autores pelo esforço de pesquisa realizado em tema interessante e com grande potencial.

Contudo, destaco que diversas questões de maior importância para o rigor metodológico e consistência das conclusões, descritas no primeiro ciclo de revisão, ainda remanescem não superadas pelos autores.

Desse modo, tendo em vista a importância do tema e o potencial do trabalho, gostaria de encorajar os autores a aprofundarem alguns ajustes e reflexões já endereçados no primeiro ciclo de revisão, em especial os seguintes pontos.

Com relação à validade de conteúdo da escala, embora nesta nova versão os autores façam referência ao trabalho que originou as três dimensões propostas, ainda não discutem (nem apresentam) qualquer análise ou discussão sobre essas dimensões. Embora isso já houvesse sido destacado na primeira revisão, ainda há um "salto" da parte teórica sobre reputação para a proposta das dimensões da escala. A parte de referencial teórico deveria detalhar minimamente as bases de construção da escala. Os autores aprofundam a discussão de modelos teóricos gerais sobre reputação (e usam muito espaço no artigo para isso), mas não discutem os fundamentos das dimensões propostas na escala. Assim, embora argumentem que foi seguido um processo de validação por "juízes", não apresentam as referências que balizam o conteúdo dos itens da escala. Essas observações já haviam constado da revisão anterior, conforme excerto abaixo:

"Está, também, saltando do modelo de construção conceitual de Dowlings (2016) para uma proposição de modelo com dimensões específicas (“confiança”, “credibilidade” e “qualidade dos serviços”, esta última dividida em três fatores “eficiência”, “transparência” e “acessibilidade”) sem discutir o embasamento teórico-conceitual para essas dimensões e esses três fatores. Por que os autores entendem que são essas especificamente as dimensões e fatores que importam para as unidades de gestão de pessoas na administração pública?".

Quanto à validade da estrutura fatorial, como os autores informaram em sua resposta à primeira revisão que não efetuarão a Análise Fatorial Confirmatória (CFA), é necessário

que as conclusões sejam revistas de modo a refletir de forma mais parcimoniosa as implicações do estudo. Nos principais periódicos do mundo, a utilização isolada de Análise Fatorial Exploratória (EFA), sem corroboração por CFA, não tem sido entendida como suficiente para considerar a escala como "validada" em sua plenitude. Por exemplo, no tema reputação, as escalas propostas por Lee and Van Ryzin (2019) e Overman et al. (2021) foram validadas com CFA (EFA foi apenas um passo inicial). Na própria Revista de Administração Pública (RAP), os artigos sobre validação de escalas têm adotado a CFA (ver, por exemplo, em https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6652/5236 e em https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81089/77443, referências abaixo).

Assim, é importante que os autores destaquem que adotaram uma abordagem exploratória para avaliar o número de fatores possíveis e quais itens os compõem. Mas que não efetuaram testes de hipóteses específicas (através de CFA) para confirmar em que medida o modelo é capaz de considerar a variação nos dados. Assim, dadas as características da metodologia, seria mais adequado falar de "estudo exploratório", em vez de "modelo validado".

Além disso, ao não usar a CFA os autores também limitam significativamente as conclusões sobre validade convergente e validade discriminante. Alegam que se fizessem tais análises ultrapassariam o limite de palavras. Assim, gostaria novamente de encorajá-los a tentar rodar a CFA (mesmo com uma amostra pequena, às vezes é viável) e melhor otimizar o espaço do artigo, reduzindo partes que talvez não sejam tão necessárias e acrescentando análises que são cruciais para que se possa fazer a validação de uma escala (objetivo pretendido pelos autores). Seria interessante colocar análise de "nested models", "multigroup analysis", e criterion validity.

Outras questões muito importantes:

- O abstract não é claro quanto ao resultado: "As análises estruturais sugeriram um impasse entre dois modelos fatoriais, um com um fator, outro com dois, então resolvido por meio de um modelo bifactor, cujos resultados indicaram uma estrutura unifatorial

composta por 19 itens". Qual foi o resultado afinal: "modelo bifactor" ou "estrutura unifatorial"? Na seção de resultados é relatado que se chegou na conclusão de uma estrutura multidimensional ("Esses resultados, enfim, convergem com a discutida multidimensionalidade ... do construto da reputação, assumida teoricamente neste estudo quando da proposição original dos itens").

- Não há apresentação das estatísticas detalhadas (que grupos compuseram a amostra? Esses grupos se diferenciam? São equilibrados? Podem afetar os resultados?)

- Os autores não acolheram a sugestão de revisão da estrutura tanto do abstract quanto da Introdução, não apresentando, de forma clara e objetiva, os "building blocks" dessas seções (por exemplo, common ground, gap teórico endereçado, importância, questão de pesquisa, metodologia, contribuição).

- A seção de discussão está incluída na seção de resultados (mereceria um tópico à parte e pode ser aprimorada).

- Os autores não acolheram a sugestão de discutir as escalas sobre reputação já publicadas na literatura internacional: Lee and Van Ryzin (2019) e Overman et al. (2021). Os argumentos que trouxeram para afirmar a desnecessidade dessa discussão não são robustos e suficientes. A revisão da literatura deve incluir o estado da arte sobre o assunto que se pretende discutir.

- É necessário fazer uma revisão geral do texto (há alguns erros de digitação e/ou frases que ficaram incompletas). Ver, por exemplo, a primeira linha das considerações finais.

Por fim, volto a incentivar os autores a endereçarem todos os pontos listados não apenas nesta segunda revisão, mas também na primeira revisão.

Na expectativa de que meu parecer seja útil para o aprimoramento do artigo, agradeço pela oportunidade de revisá-lo.

Exemplos de artigos publicados na RAP com desenvolvimento e validação de escala (uso de CFA):

Moraga, E. T., & Torres, J. L. (2008). Proposta de uma escala para medir a qualidade do serviço dos centros de cuidados de saúde secundários. Revista De Administração Pública, 42(4), 719 a 734. Recuperado de https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6652

Nascimento, T. G., Souza, E. C. L. de, & Adaid-Castro, B. G. (2020). Escala de competências profissionais para policiais: evidências de sua adequação psicométrica. Revista De Administração Pública, 54(1), 99–120. Recuperado de https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81089

Reviewer 3 report

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Araújo, R. J. R., Queiroz, D. B., & Paulo, E. (2023). Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar. *Revista de Administração Pública, 57*(6), e2022-0382. Retrieved from https://doi.org/10.1590/0034-761220220382

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Rogiene Batista dos Santos (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brazil)

Mauro Macedo Campos (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes / RJ – Brazil)

Ricardo Rocha de Azevedo (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia / MG – Brazil)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: January 23, 2023.

Comments to the authors:

Gostaria de parabenizar os autores pelo esforço em realizar este trabalho. Acredito que eles buscaram fazer o melhor. Assim, farei considerações de forma que eles consigam colocar este artigo em outro patamar. O artigo apresenta deficiências que precisam ser sanadas. Certamente, os autores têm condições de trabalhar cada um dos pontos a serem apresentados. O objetivo de pesquisa: "analisar o efeito dos ciclos políticos eleitorais sobre o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar nos

municípios brasileiros" é relevante. Assim, esse estudo pode fornecer novos insights tanto para acadêmicos quanto para profissionais da área.

Pontos fortes

Tema relevante e com implicação prática;

O objetivo desta pesquisa é claro; e

O artigo apresenta uma pergunta de pesquisa relevante.

Pontos fracos

No resumo, os autores afirmam que eles propuseram "uma proxy de qualidade da informação contábil governamental e comprovou que o gerenciamento de resultados, mensurados pelos accruals orçamentários discricionários, têm comportamentos cíclicos em razão do calendário eleitoral previamente estabelecido." Mas, como essa proxy foi validada? Vocês compararam os resultados com outras proxies?

Qual é o diferencial da proxy proposta? Em quais situações ela é válida?

Seria interessante apresentar os principais resultados na introdução;

A hipótese 2 não parece ser relevante, uma vez que ela é o oposto da hipótese 1;

Sugiro inserir uma tabela com a composição (exclusões) da amostra;

Os autores poderiam utilizar o método diferenças em diferenças para verificar o efeito da Lei Complementar nº 131;

Os autores utilizaram OLS ou dados em painel? Além disso, é importante justificar a metodologia escolhida;

Os autores utilizaram algum protocolo de pesquisa?

O que os players deveriam fazer após lerem este artigo? Quais as implicações reais dos resultados?

Qual é a magnitude dos resultados obtidos?

Conclusões: Aqui os autores precisam deixar claro qual foi a real contribuição do artigo e a lacuna preenchida. O que não se sabia, mas que agora sabe-se após este artigo? A quem interessa os resultados encontrados?

Sugiro que os autores realizem uma revisão geral do artigo.

Reviewer 2 report

Date review returned: March 09, 2023.

Comments to the authors:

O artigo traz percepções interessantes quanto ao tema apresentado. Tem uma escolha metodológica adequada frente ao universo trabalhado, os municípios. Todavia, os critérios de escolha não me pareceram suficientes, ao apontar que "os municípios estão mais próximos da população" (p.7-ll.22-23), o confere ao político eleito "maior espaço de oportunismo gerencial". A meu ver, é uma forma simplista para justificar a escolha. Mesmo porque, parte da literatura de ciência política já contrapõe, e tais afirmações não são empiricamente evidenciadas. Seria como se os prefeitos tivessem mais espaço oportunista que os governadores e presidente, o que não é uma verdade per se. Da mesma forma, onde se ressalta que "[os gestores] têm interesses primários de permanecer no poder, anteriores ainda aos interesses dos partidos". Me parece inadequada a afirmação. A impressão que passa ao leitor é de uma "demonização da política", o que não ajuda na leitura. Há ainda um problema que se reporta ao "tamanho do município". E isso é desconsiderado pelos autores, visto que parte da literatura da ciência política aponta a pouca densidade dos partidos políticos no âmbito local, afora as capitais e municípios de

grande porte. Uma outra questão percebida na leitura do texto é o fato de que os autores imputam aos eleitores algo que não se evidencia na literatura sobre comportamento eleitoral. Isso ocorre ao ser explicitado que "o eleitor racional toma sua decisão de quem votar não olhando para o passado, mas, para o futuro" (p.3-ll.42-43). Ao tratar dessa forma, desconsidera o voto retrospectivo, apenas o voto prospectivo. Essa mesma abordagem é (re)tratada pelos autores ao afirmarem que os gestores manipulam "mais fortemente o orçamento no ano pré-eleitoral" com vistas a "melhorar a sua imagem frente ao eleitor" (p.13-ll.48-51) – uma coisa contradiz a outra. Os autores ainda atribuem a uma melhor qualidade informacional como sendo algo essencial ao cidadão/eleitor. De fato é. Porém, a inteligibilidade não é algo intrínseco aos demonstrativos contábeis. Por fim, mas não menos importante, o tema trabalhado no artigo requer o esforço em duas abordagens teóricas a saber: accountability e abuso de poder (político e econômico). Ambas ajudam a mitigar determinismos apresentados no texto.

Reviewer 3 report

Date review returned: March 25, 2023.

Comments to the authors:

Comentários gerais

1. Não me parece claro qual é a literatura que a pesquisa pretende contribuir. A pesquisa menciona "literatura contábil" no resumo, mas não me parece ser o caso, pois não existe necessariamente uma "literatura contábil", mas sim, diversas literaturas que tratam de temas específicos. A contribuição pretendida é para qual literatura? É para a literatura de qualidade da informação contábil? Gerenciamento de resultados? Ciclos políticos? Gerenciamento de resultados?

2. Tenho dúvidas quanto ao uso do termo "gerenciamento de informação orçamentária". Trata-se de um gerenciamento de informação? Ou tratam-se de estratégias orçamentárias, cuja informação registrada irá apenas retratar as decisões políticas?

3. O argumento desse trecho não é claro: “essa inflexão pode causar problemas colaterais, motivada por comportamentos oportunistas do tipo “use-o ou perca-o” (use it or lose it) (Joyce, 2008).” Sugiro rever para ficar claro.

4. Algumas afirmações carecem de sustentação adequada da literatura. Por exemplo:

(...) o gestor pode impulsionar seu orçamento naquele ano pode meio da utilização “anormal” de restos a pagar, buscando da Legitimidade (Dowling & Pfeffer, 1975) por meio do Gerenciamento de Impressão (Spence, 1973). Essas citações não sustentam o argumento no contexto indicado, mas apenas ilustram a discussão teórica.

5. Alguns construtos e termos são apresentados e utilizados sem que o texto apresente uma definição ou uma discussão. Por exemplo:

a. O que é “carry-over”? O texto apenas menciona o termo, e cita literatura, sem, no entanto, explicitar e explicar. Além disso, o texto passa a utilizar o termo “carreamento orçamentário”. Trata-se do mesmo construto?

b. O que é “gerenciamento de resultados orçamentários”?

c. O que é um “gasto superfaturado” (p.2)?

d. O que é “oportunismo gerencial”?

e. O que são “accruals orçamentários discricionários”?

Os “accruals orçamentários discricionários” precisam ser melhor construídos no texto. Há apenas uma menção breve que “assemelha-se” aos “modelos de gerenciamento de resultados da área empresarial”, mas sem, no entanto, definir em que se assemelham. Sugiro melhorar os argumentos nessa definição, que é essencial para a compreensão da pesquisa. Outra possibilidade seria não utilizar esse termo diretamente, pois ele parece ser o “uso estratégico de restos a pagar” como estratégia de influência eleitoral.

Dada a ausência de uma definição mais precisa, as hipóteses não ficam claras:

H1: O ano pré-eleitoral influencia positivamente os accruals orçamentários discricionários. (aumenta a inscrição dos restos a pagar?)

H2: O ano eleitoral influencia negativamente os accruals orçamentários discricionários. (diminui a inscrição dos restos a pagar?)

H3: O primeiro mandato eleitoral influencia positivamente os accruals discricionários. (aumenta a inscrição dos restos a pagar?)

Às vezes escrever de forma mais simples auxilia o leitor no entendimento do texto.

6. Sempre há uma preocupação em utilizarmos literatura internacional para sustentar efeitos no Brasil, sem uma reflexão. Por exemplo, "não se deve deixar esquecer que o eleitor mais conservador pode punir o gestor por sua elevação sistemática, sobretudo quando provocar o déficit (Peltzman, 1992)". Esse efeito também ocorre no Brasil?

7. Me parece que a utilização do construtos teóricos "Legitimidade" e "Gerenciamento de Impressão" não ajudam nas análises. Esses construtos, se utilizados, precisam ser definidos teoricamente, e também ser utilizados / operacionalizados nas análises. Minha sugestão seria a simplificação, pois parecem desnecessários na presente pesquisa.

Método:

1. Confirmar se a amostra é de 5.570 municípios. Verificar se Brasília e Fernando de Noronha foram incluídos. Caso contrário, são 5568.

2. Conferir a Equação 01, pois o resultado orçamentário é uma subtração entre DA e DE.

3. Qual foi a aplicação da Equação 02 na pesquisa?

4. Não fica claro o que são “restos a pagar discricionários” (equação 3). Como essa varável foi construída? São restos a pagar que não decorrem de despesas vinculadas e/ou obrigatórias?

5. Como foi considerado “anormal” no “transporte de despesas para exercícios subsequentes (x+n) de forma anormal”? Qual foi a métrica utilizada para isso?

6. A Equação 05 foi construída com base nos “modelos empíricos que já são consolidados pelas pesquisas acadêmicas no âmbito empresarial”. Creio que não basta essa declaração, pois não fica claro como foi feito. Sugiro construir com base na literatura, mencionando as adaptações para o setor público, e citando a literatura para o leitor interessado. Da mesma forma, justificar e sustentar a utilização do erro (ε) da regressão como proxy para o gerenciamento de resultados. Novamente, literatura aqui parece essencial.

7. Ainda na equação 5, algumas variáveis “surgiram”, como a variação da Receita Corrente Líquida. Sugiro justificar e explicar o modelo. Além disso, justificar porque algumas variáveis são utilizadas em logaritmo natural e outras não são.

8. Os restos a pagar utilizados na equação 5 são os restos a pagar totais? Esclarecer no texto, pois temos no país os restos a pagar processados e não processados.

9. Sugestão: uma boa prática adotada pelas pesquisas é colocar em notas nas tabelas o significado das siglas. Isso facilita a leitura, e o leitor não necessita reler o texto para entender as variáveis na tabela.

10. Ainda sobre a utilização de notas em tabelas: poderia inserir notas na tabela 3, tornando mais simples seu entendimento? Sugiro colocar em notas (resumidamente) o que quer dizer cada variável e cada modelo nas colunas “Equ. 09 (a)”, “Equ. 09 (b)”, etc. Não é possível compreender a tabela sem recorrer ao texto.

Resultados

11. O que essa frase quer dizer? “Paulo (2007) destaca que estimativas de despesas operacionais parecem diagnosticar o comportamento anormal do gestor, o que sugere que as despesas de investimentos se correlacionam com o comportamento normal do gestor.” Pode ser uma deficiência de compreensão do avaliador, mas não é clara para mim.

12. A pesquisa não tratou de questões partidárias. Sugiro rever nas conclusões.

13. Apresentar nas conclusões quais são as implicações da pesquisa.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Date review returned: May 28, 2023.

Comments to the authors:

Prezados autores, parabéns pelo esforço adicional.

Reviewer 2 report

Date review returned: June 04, 2023.

Comments to the authors:

A releitura do artigo evidenciou avanços quanto aos apontamentos feitos anteriormente. Porém, os autores não levaram em consideração um conjunto de apontamentos feitos. Tem uma escolha metodológica adequada frente ao universo trabalhado, os municípios. Todavia, os critérios de escolha não me pareceram suficientes, ao apontar que “os municípios estão mais próximos da população”, o confere ao político eleito “maior espaço de oportunismo gerencial”. Isso ainda persiste e reflete um simplismo na justificativa apresentada. É um tema que a literatura de ciência política já contrapõe, e tais afirmações não são empiricamente evidenciadas. Seria como se os prefeitos tivessem mais espaço

oportunista que os governadores e presidente, o que não é uma verdade per se. Da mesma forma, onde se ressalta que "[os gestores] têm interesses primários de permanecer no poder, anteriores ainda aos interesses dos partidos". Me parece inadequada a afirmação. A impressão que passa ao leitor é de uma "demonização da política", o que não ajuda na leitura. Há ainda um problema que se reporta ao "tamanho do município". E isso não é apontado pelos autores, visto que parte da literatura da ciência política aponta a pouca densidade dos partidos políticos no âmbito local, afora as capitais e municípios de grande porte. Uma outra questão percebida na leitura do texto é o fato de que os autores imputam aos eleitores algo que não se evidencia na literatura sobre comportamento eleitoral. Isso ocorre ao ser explicitado que "o eleitor racional toma sua decisão de quem votar não olhando para o passado, mas, para o futuro". Ao tratar dessa forma, desconsidera o voto retrospectivo, apenas o voto prospectivo. Tais questões são tratadas pelos autores ao afirmarem que os gestores manipulam "mais fortemente o orçamento no ano pré-eleitoral" com vistas a "melhorar a sua imagem frente ao eleitor" – uma coisa contradiz a outra. Por fim, mas não menos importante, o tema trabalhado no artigo requer o esforço em duas abordagens teóricas a saber: accountability e abuso de poder (político e econômico). Ambas ajudam a mitigar determinismos apresentados no texto.

Reviewer 3 report

Date review returned: May 27, 2023.

Comments to the authors:

Parabenizo os autores pela pesquisa, que é interessante e traz uma nova forma de operacionalizar as análises de estratégias orçamentárias no setor público, trazendo discussões que se limitavam à literatura contábil do setor privado, além de operacionalizar empiricamente os restos a pagar de uma forma inovadora.

Após a leitura da nova versão apresentada, verifiquei que os autores procuraram atender ou justificar individualmente cada comentário realizado, que é o esperado para um bom processo dialógico entre autores e avaliadores.

De uma forma geral, me parece que os principais pontos de dúvida foram ajustados ou justificados, sobretudo a busca com maior clareza no texto, com inclusão (ampliação) de notas nas tabelas identificando o significado das siglas.

Ajustes finais.

1. Avaliar a pequena sugestão de mudança no título da publicação: “INCENTIVOS ELEITORAIS E O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS POR MEIO DOS RESTOS A PAGAR”. Aliás, por que o título está em caixa alta?

2. O resumo não parece prescindir de citações. Ou seja, entendo que podem ser removidos do resumo. Adicionalmente, o resumo (e as conclusões) poderiam preocupar-se em utilizar uma linguagem mais objetiva para as conclusões. A conclusão principal é que os prefeitos apresentam maior disposição em adotar práticas de gerenciamento de resultados orçamentários quando estão em seu primeiro mandato.

3. A título de sugestão, ao final da introdução, sugiro incluir um parágrafo discorrendo sobre como os resultados da pesquisa visam contribuir (o que adicional à literatura), sendo específico na medida do possível. Esse parágrafo pode substituir o último da versão atual, que apresenta como a pesquisa está organizada, que tem sido considerado desnecessário.

4. Realizar uma nova revisão de concordância, como no caso do 3º parágrafo da conclusão: “Estudos em ... é importante (são importantes?)”, e no último parágrafo dos resultados “os gestores apresentam ... quanto está (estão?).

5. Inserir um parágrafo com limitações da pesquisa, a partir da reflexão crítica dos autores.

6. Pelo que vi nas publicações recentes da revista, o DOI é exigido nas referências. Sugiro incluir em todas.

7. Faço uma sugestão de texto a partir dessa afirmação no tópico 3.2.2: “De outro modo, governos que dispõem de recursos mais volumosos e, portanto, mais fiscalizados pela população e órgãos de controle, apresentam melhoria na qualidade dos relatórios

financeiros reportados (Rakhman & Wijayana, 2019)". Lendo a fonte citada, entendo que o correto seria "De outro modo, governos que dispõem de recursos mais volumosos estão sujeitos a sistemas de controle interno mais sofisticados e a maiores pressões externas exercidas pela mídia e governo central, além de possuir melhores recursos disponíveis, apresentando assim melhoria na qualidade dos relatórios..."

8. Nas conclusões, sugiro refletir e incluir como implicação adicional uma maior atuação dos Tribunais de Contas sobre as informações de restos a pagar, que são os responsáveis por fiscalizar as entidades públicas.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Pinheiro, V. P., Ipiranga, A. S. R., & Lopes, L. L. S. (2023). A economia criativa enquanto prática de espaço no contexto das cidades criativas do sul global: o caso do Poço da Draga. *Revista de Administração Pública*, *57*(6), e2023-0416. Retrieved from https://doi.org/10.1590/0034-761220220416

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Fernando Manuel Rocha da Cruz (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal / RN – Brazil)

Lucio Bittencourt (Universidade Federal do ABC, São Paulo / SP – Brazil)

Estela Najberg (Universidade Federal de Goiás, Goiânia / GO – Brazil)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: January 16, 2023.

Comments to the authors:

The article is well written, uses assertive and clear language. The methodology is adjusted to the objective of the research. This is a study that proposes a discussion about the creative economy as a practice, shedding light on alternative perspectives for the analysis of public policies related to the organization of creative districts in cities, based on Certeau's concept of space practice.

Reviewer 2 report

Date review returned: February 04, 2023.

Comments to the authors:

O artigo está muito bem escrito. Trata de tema atual e relevante, discutindo as noções de economia criativa e cidades criativas, problematizando as políticas públicas produzidas neste campo. Apresenta, ainda, abordagem original para o campo da administração pública, analisando a organização destas experiências enquanto práticas de espaço. Bem como contribuição empírica original, ao investigar o caso do Poço da Draga em Fortaleza-CE.

O resumo está bem construído e apresenta de maneira clara e concisa a estrutura do trabalho, com seus objetivos, metodologia, resultados e principais conclusões. Porém, como será indicado mais adiante neste parecer, a apresentação e discussão dos resultados pode ser um pouco mais desenvolvida, de modo a atingir com maior precisão os objetivos delineados em seu resumo - sendo esta a principal questão sugerida para revisão.

A problematização teórica está construída de maneira bastante interessante. Articula uma questão empírica – a inclusão do município em questão na Rede Global de Cidades Criativas e a organização de um distrito criativo, questionando se as iniciativas desenvolvidas pela prefeitura local são capazes de promover e fomentar a economia criativa daquela região da cidade. Neste sentido, o trabalho se situa em um diálogo interdisciplinar entre a administração pública e os estudos urbanos, propondo um olhar para além das práticas de governo para organizar o espaço, e reconhecendo como foco a economia criativa entendida como prática – também para além daquelas fomentadas por meio das políticas públicas.

Outro aspecto bastante positivo do artigo diz respeito ao apoio teórico-metodológico que busca no trabalho de Michel de Certeau, a partir das noções de “práticas de espaço” e “retórica ambulante” (conforme o resumo) ou “retórica ambulatória” (conforme o corpo do texto, o que eu sugiro ajustar e uniformizar na revisão para a versão final). Estes conceitos permitem a discussão sobre como as cidades se organizam, tensionando os alcances e limites de práticas institucionalizadas por meio de políticas públicas para seu

planejamento em relação a outras formas de ação cotidiana que podem estar presentes em seus lugares e espaços. Visibilizadas a partir da ideia de economia criativa.Trata-se de uma contribuição bastante original para a discussão deste tema.

Os procedimentos metodológicos descritos para a produção de informação neste trabalho, por sua vez, também estão apresentados de maneira coerente ao referencial teórico adotado, mesclando pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e observação. Durante seu desenvolvimento, houve a necessidade de adaptar estes procedimentos em razão da pandemia da COVID-19, o que é plenamente justificável. Dentre eles, o mais prejudicado parece ter sido o da observação sobre os cotidianos urbanos estudados.

E este constitui, em minha avaliação, o principal aspecto em que o trabalho poderia ser melhor. Os resultados de pesquisa apresentados e, consequentemente, sua análise, apoiam-se, principalmente, nas informações produzidas por meio de pesquisa bibliográfica, documental e das entrevistas semiestruturadas. Desta maneira, o foco recai sobre a distância entre a ação institucionalizada de planejamento urbano – ou de organização da cidade, articuladas em torno das ideias de fomento à economia criativa e a configuração de uma cidade ou distrito criativo; e outras práticas de espaço, presentes no cotidiano do lugar, igualmente articulados em torno da ideia de economia criativa - e que seriam, no argumento dos/as autores/as, “esquecidos” ou “invisibilizados”.

No entanto, parecem carecer elementos para argumentar que estas práticas de espaço possam ser lidas como insurgentes, de resistência ou emancipatórias. Ou seja, o texto se beneficiaria se reservasse maior espaço para a descrição das práticas listadas na p. 16 (linhas 29 a 50), a partir dos diferentes procedimentos metodológicos empregados para a produção de informação, e buscasse articulá-las aos referenciais teóricos adotados no início do trabalho – sobre práticas de espaço, de organização da cidade e os avanços e limites dos estudos sobre economia criativa considerando suas implicações para a administração pública e as políticas públicas – para a sua conclusão. Uma questão que parece estar nas entrelinhas, mas que poderia ser mais desenvolvida para oferecer maior coesão ao trabalho neste sentido e potencializar sua contribuição para o campo, por exemplo, diz respeito às diferenças entre a ideia de criatividade tal qual apresentada no

trabalho de Certeau e aquela que orienta políticas públicas da chamada economia criativa ou de fomento a cidades/distritos criativos, tal qual o caso evidencia.

Um outro ponto em que o trabalho poderia ser melhor diz respeito ao diálogo com outros trabalhos no campo – em que pese o esforço já bastante significativo de revisão e sistematização da literatura recente. Isto porque a discussão sobre as relações entre cultura e políticas urbanas já vem sendo bastante desenvolvida nos últimos anos, problematizando a instrumentalização da primeira para objetivos de interesses específicos por meio de práticas capazes de articular mais amplamente atores sociais implicados. Autores como Antonio Arantes, Heitor Frúgoli Junior, Carlos Fortuna e Silvana Rubino são apenas alguns dos exemplos destes estudos; Rogério Proença Leite, especificamente, trabalha também a partir da referência a Michel de Certeau para propor a ideia de "contra-usos" da cidade, é um outro exemplo. Destaco que a própria conclusão do trabalho reforça este aspecto encontrado nestes estudos; e que, portanto, entendo que ganharia força, caso reconhecesse esta literatura, ainda que brevemente, na introdução do artigo (por exemplo, na página 4). Ao mesmo tempo, permitiria destacar a contribuição original deste trabalho: participar de redes de cidades criativas e produzir políticas públicas voltadas para o fomento de economia criativa repete os mesmos problemas já identificados na literatura sobre as relações entre cidades e culturas? Ou acrescenta novos riscos e oportunidades para a construção de práticas públicas mais democráticas?

De modo similar, a discussão sobre economia criativa e políticas públicas também pode ampliar seu diálogo em direção a referenciais importantes e recentes no campo. A discussão inicial desta seção, por exemplo, que menciona no primeiro parágrafo a questão das políticas públicas de cultura, pode se beneficiar do diálogo com os estudos sobre a relação entre cultura e políticas urbanas citado anteriormente. Ao mesmo tempo em que situa a novidade e as especificidades do debate sobre economia criativa em nosso campo. Destaco que o levantamento e sistematização dos 37 trabalhos encontrados na base de dados adotada para a pesquisa é mais uma importante contribuição deste trabalho, que procura identificar alguns de seus principais aspectos. Porém, é preciso reconhecer que a discussão sobre economia criativa e políticas públicas também vem sendo estimulada a partir de outras produções recentes, como os livros organizados por Leandro Valiati e Gustavo Moller ("Economia criativa, cultura e políticas públicas"), por Cláudia Leitão e

Ana Flávia Machado ("Por um Brasil Criativo"), por exemplo; ou nos trabalhos de Daniele Pereira Canedo e Luana Vilutis, que destacam particularmente a articulação da discussão sobre economia criativa com a dimensão da promoção da cidadania – o que, particularmente, pode contribuir tanto para o detalhamento das lacunas identificadas na literatura específica (não especificadas na página 7), como para a discussão e conclusões a partir do estudo de caso desenvolvido, conforme já indicado neste parecer.

Do ponto de vista formal, sugere-se atenção a três passagens para revisão mais simples: (i) a Figura 1, em meu entender, poderia ser apresentada logo após a primeira vez em que é citada no texto (a partir da p. 10), facilitando a leitura; (ii) parece haver uma repetição de frases presentes no último parágrafo da página 2 (que se estende até o início da página seguinte) e o último parágrafo da página 7; e (iii) a maneira como estão sendo referenciados os trechos retirados das entrevistas realizadas.

Desta maneira, destacando a originalidade empírica, teórica e analítica apresentada neste trabalho, bem como a atualidade e relevância do problema de pesquisa discutido para o campo da administração pública, e reconhecendo o esforço e a riqueza das informações produzidas por meio da pesquisa desenvolvida e apresentada neste trabalho, recomendo sua aprovação para a publicação após revisão, conforme as sugestões aqui indicadas.

Reviewer 3 report

Date review returned: February 25, 2023.

Comments to the authors:

Considero o tema atual, instigante e merecedor de novos estudos e investigações. De maneira geral, o texto está bem redigido, mas carece de uma revisão ortográfica e de concordância (sujeito – verbo – gênero). Faço algumas anotações nesse sentido no corpo do texto que vai em anexo.

A temática está adequadamente contextualizada e o objetivo do trabalho é claro. A fim de compreender o cenário de pesquisas a respeito da economia criativa no Brasil, no

entanto, sugiro que o levantamento compreenda o Portal de Periódico Capes para além do Spell Anpad.

Na página 6, linha 50, o que significa exatamente a abordagem do organizing. Trata-se de abordagem sob o ponto de vista da gestão?

Na seção de Metodologia, página 11, linha 45, os(as) autores(as) citam que a análise temática se baseou na identificação de um conjunto de temas de relevância, constituindo diferentes unidades de codificação previamente determinadas de acordo com os objetivos do estudo. Quais são essas unidades de codificação? Isso não ficou claro na Metodologia, tampouco na Análise e Resultados.

Na seção Análises e Resultados, eu sugiro reorganizar a apresentação do tópico 'A Comunidade do Poço da Draga e o Distrito Criativo da Cidade' – primeiro falar do Distrito Criativo (dois últimos parágrafos) e depois discorrer sobre o Poço da Draga.

Ainda em Análise e Resultados, embora os(as) autores(as) tragam referências bibliográficas para conversarem com os resultados encontrados, senti falta das unidades de codificação / constructos analisados segundo o referencial teórico apresentado. Acho que a análise dos resultados ficou um pouco 'solta'.

Na seção Considerações Finais, sugiro iniciar o texto resgatando o contexto e o objetivo do trabalho (um breve parágrafo), para daí apresentar as principais inferências e análises. Recomendo ainda que as limitações do trabalho sejam apresentadas previamente às sugestões de trabalhos futuros.

Quanto às referências bibliográficas, indico atualizar o documento da Firjan, que já tem uma edição de 2022. Outras referências que podem ser interessantes são:

Alsayel, A., de Jong, M., & Fransen, J. (2022). Can creative cities be inclusive too? How do Dubai, Amsterdam and Toronto navigate the tensions between creativity and inclusiveness in their adoption of city brands and policy initiatives? Cities, 128(June 2021), 103786. https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103786

Grodach, C. (2017). Urban cultural policy and creative city making. Cities, 68(May), 82–91. https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.05.015

Sternberg, R. (2017). Creativity support policies as a means of development policy for the global South? A critical appraisal of the UNESCO Creative Economy Report 2013. Regional Studies, 51(2), 336–345. https://doi.org/10.1080/00343404.2016.1174844

UNCTAD - Development, U. N. C. for T. and. (2018). Creative Economy Outlook: Trends in international trade in creative industries. Geneva.

ROUND 2

Reviewer 2 report

Date review returned: June 16, 2023.

Comments to the authors:

Parabéns pelo excelente trabalho e pela dedicação na revisão e elaboração desta segunda versão do artigo. Os aspectos observados anteriormente foram plenamente atendidos.

Um detalhe que ainda precisará ser resolvido diz respeito às referências às entrevistas realizadas: as identificações indicadas no último parágrafo da página 25 (que prossegue no início da página 26 do arquivo) diferem daquelas do primeiro parágrafo da página 30 e da página 31. Porém, isso poderá ser facilmente revisado para a versão final.

Desta maneira, recomendo que o trabalho seja aceito para publicação.

Reviewer 3 report

Date review returned: June 18, 2023.

Comments to the authors:

Considero que os autores responderam os comentários dos avaliadores de maneira minuciosa e contextualizada. Dada a incorporação das sugestões e ajustes, considero que o artigo tem qualidade suficiente e está apto para ser publicado.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Valenzuela-Levi, N., Bordón, P., Livert, F., & Henríquez, M. (2023). Bidding against each other: local procurement of personal protective equipment in the context of decentralization and high socio-economic inequality. *Revista de Administração Pública*, *57*(6), e2022-0325. Retrieved from https://doi.org/10.1590/0034-761220220325x

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Ronaldo Bordin (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre / RS – Brazil)

Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / RJ – Brazil)

Jorge E. Culebro Moreno (Universidad Autónoma Metropolitana, Ciudad de México / CDMX – Mexico)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: February 02, 2023.

Comments to the authors:

The themes of income and health inequalities and their application to the Chilean reality, especially during the Covid19 pandemic, are consistently addressed.

Figures 1 and 2 can be deleted. Their content is fully described in the text.

I suggest a minimal revision of the text, involving the use of the term "...et al." in the references, the titles of figures 8 and 9 (term 14liean), among others.

Reviewer 2 report

Date review returned: February 07, 2023.

Comments to the authors:

O artigo é original e traz reflexões importantes sobe estratégias relacionadas a logística de insumos na atenção a saúde, chamando a atenção do papel da descentralização da atenção primária resulta na exacerbação de inequidades entre diferentes localidades no contexto da pandemia de COVID 19. A metodologia quantitativa com teste de regressão e análise estatística dos resultados dos testes merecem um revisor adicional especialista nesse método. As conclusões são significativas para reforçar vantagens de centralização de compras de insumos estratégicos especialmente em contextos de emergências que aumentam a demanda global dos mesmos. Portanto, tem interesses para a área da administração pública.

Há questões de forma a serem consideradas:

1. Problemas com as referências bibliográficas: há que fazer uma revisão minuciosa de acordo com as normas da revista.

• Falta de informações básicas em várias referencias

• Citações de autores no texto sem referências Ex: (Sacchi and Salotti 2014).

• Referencias citadas de diversas maneiras: Ex: Flores e Cerda e Flores et al, mesma referencia

2. No texto há que acertar a temporalidade por exemplo, na p. 6, linha 37: will be elected in 2021.

3. Texto confuso: p. 14, linha 17 13hil and 13hil.

Penso ainda, que valeria a pena na construção do problema, para reforçar o argumento, citar que a falta de insumos estratégicos no inicio da pandemia gerou uma guerra comercial em que a inequidade ocorreu ao nível de países. ou seja, foi um problema muito sério que, à época, até gerou opiniões sobre a necessidade de internalizar a produção, por razoes de segurança nacional.

Na discussão dos resultados, qualificaria melhor as conclusões se o autor (a) buscasse na literatura outras situações similares referentes a estratégias de compras.

Reviewer 3 report

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Date review returned: July 17, 2023.

Comments to the authors:

All suggestions were included in the new version. The addition of items with theoretical support qualified the original text and the discussion of empirical data.

Reviewer 3 report

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Oliveira, V. G., & Abib, G. (2023). Risk in public administration: a systematic review focused on a future research agenda. *Revista de Administração Pública*, *57*(6), e2022-0419. Retrieved from https://doi.org/10.1590/0034-761220220419x

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Daniel Ouriques Caminha (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis / SC – Brazil)

Girley Vieira Damasceno (Universidade de Brasília, Brasília / DF – Brazil)

One of the reviewers did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 3 report

Date review returned: March 18, 2023.

Comments to the authors:

Risk management is an extremely relevant topic in public administration. The authors reviewed 32 articles retrieved from five journals and suggested future research on risk in public administration. As a contribution to the development of the manuscript, I highlight below some points that can be explored by the authors.

The first point refers to the title of the manuscript. The title should clearly and sufficiently reflect the content of the article. It is the shortest summary of the study. The authors only use the expression "Risk in Public Management" in the title, but the expression that appears 15 times in the text, including the abstract, is "Risk in Public Administration". Therefore, I suggest revising it.

A good abstract should present the problem, the purpose of the study, the method employed and the main results, while the keywords should be suitable for indexing the article. Based on this, authors should review the abstract and verify that the words listed are those that best describe and identify the study to the academic community.

The introduction should introduce and problematize the nature of your paper more. The concept of risk, for instance, only appears in section 3 of the manuscript. Wouldn't it be better to put it in the introduction? Besides that, this section needs to provide a wider background than the papers subsequently used for the analysis.

A literature review should present a critical look at the existing research on the chosen topic, thus demonstrating the state of the art of the academic conversation related to the topic. Thus, in the methods section, the procedures performed must be well explained and justified with a view to the possibility of replicating the study.

The authors reported in section 2 that “a structured literature review was carried out following a traditional collection and analysis approach” but also indicate that “literature reviews are an appropriate method to assess the state of research on a particular phenomenon systematically and critically.” The strategy applied for the literature search and the criteria used for inclusion and exclusion of articles seem to indicate a systematic literature review. This needs to be clear. What type of literature review was carried out? Traditional? Systematic? If systematic, which protocol was used?

Using a reference cited in the manuscript, (Jesson et al., 2011, p.12) describe six essential stages of methodology that you should work through in undertaking a systematic review: 1) define the research question, 2) design the plan, 3) search for literature, 4) apply exclusion and inclusion criteria, 5) apply quality assessment, and 6) synthesis. That considered, the authors must describe the procedures used and justify the choices made.

Why only the five journals were chosen? Was an impact factor ranking used to select them? I consulted the Scimago Journal & Country Rank – SJR (category: public administration), available at https://www.scimagojr.com/journalrank.php?category=3321, and I found that the journals chosen are in the 2nd, 3rd, 7th, 16th and 22nd positions on this list. Again, the choices made need to be justified.

The authors point out that the analysis focused on the conceptual foundations of risk and the characteristics in the public sector, but I was not convinced that this was accomplished.

Table 1 shows the references of the articles reviewed according to governmental area and organizational level. The articles were also classified into individual, institutional, and market. The authors state this is a didactic improvement of the micro, meso and macro levels. Is this classification correct? Why market? Wouldn't it be better individual, organizational and environment, as shown by Jilke et al. (2020)?

Sections 3.1 and 3.2 summarize the key findings of the reviewed articles. Your lit review needs to balance summary and analysis. The authors also should compare and critique articles to establish the strengths and weaknesses of their field of research. After that, you will have to consider the overall picture that emerges.

Overall, Section 3 should be systematized more before you move to suggesting future research avenues: some relationships and patterns you propose should emerge/be commented upon already here. And more of these should be, subsequently, developed in Section 4.

In section 4, the authors propose future possible research paths based on what they had not found in the papers reviewed or that has not been extensively used in the studies. This is of course a way to propose future research, but it is not justified why this research is needed and why it is important. The theories and methodological resources employed in the articles reviewed were listed in the first two paragraphs of this section. I didn't understand why here. For me, it could be a part of section 3.

In the final considerations the authors state that a mapping of the academic and professional production was carried out seeking identify the correlations of risk with other analysis factors and theoretical perspectives. About this, I ask: which professional productions were reviewed? What correlations were presented in the manuscript? Furthermore, the conclusions should also highlight and discuss the limitations of your study (proposing ways forward and what might have been affected).

Finally, the paper formatting should be proofed in accordance with Journal guidelines. The length of the manuscript exceeded the 8,000-word limit and some references are not in APA format.

These are some considerations that may contribute to the study. I wish success to the authors!

ROUND 2

Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

Reviewer 3 report

Date review returned: June 29, 2023.

Comments to the authors:

The paper has greatly improved after revision. Congratulations to the authors!

PEER REVIEW REPORTS

PEER REVIEW REPORT FOR:

Fernandes, G. A. A. L., Fernandes, I. F., & Teixeira, M. A. C. (2023). Transparency of subnational governments: the impact of inequality on transparency. *Revista de Administração Pública, 57*(6), e2023-0025. Retrieved from https://doi.org/10.1590/0034-761220230025x

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

REVIEWERS:

Paula Chies Schommer (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis / SC – Brazil)

Fabiano Angélico (Università della Svizzera italiana, Lugano – Switzerland)

ROUND 1

Reviewer 1 report

Date review returned: March 23, 2023.

Comments to the authors:

O trabalho aborda um tema atual e relevante para a administração pública brasileira e para os estudos sobre controle, accountability e democracia. Um de seus pontos fortes é o foco no âmbito estadual, analisando comparativamente características dos estados brasileiros.

A contextualização, argumentação e referencial teórico presentes no texto contemplam literatura e discussões amplas sobre democracia e instituições. Nem todo esse fundamento é articulado com o recorte empírico apresentado. Alguns dos conceitos e discussões apresentadas na introdução e na fundamentação teórica não são esclarecidas e não chegam

a ser mobilizadas na análise dos dados. Os resultados e as hipóteses e indagações suscitadas pelos resultados são interessantes.

Os autores demonstram familiaridade com o tema. Nota-se que o recorte ora apresentado é parte de uma pesquisa mais ampla sobre o tema, que mobiliza inclusive aspectos históricos desde o Brasil colonial, os ciclos econômicos e a formação da população em diferentes estados. Isso leva a certo desequilíbrio entre a fundamentação, os dados, as análises e as conclusões do texto em análise (ver mais detalhes sobre as conclusões na última seção deste parecer). Esse desequilíbrio constitui a principal fragilidade do trabalho.

Outra fragilidade está na análise qualitativa dos quatro estados, constituída de dois breves parágrafos sobre cada um deles, sem esclarecer os métodos de coleta e análise dos dados. Eu sugeriria retirar essa parte do presente texto e fazer essa discussão em outro trabalho, no qual seria possível detalhar as análises e considerar outros fatores que podem explicar as diferenças de desempenho. É muito arriscado chegar a conclusões ou mesmo levantar hipóteses sobre temas tão relevantes, considerando esta como uma etapa qualitativa do estudo, sem detalhar método e análises. Alguns temas são considerados, como características de formação da população desses estados e atividades econômicas predominantes em certos períodos históricos, mas fazendo-o em um único parágrafo, não se escapa de generalizações que podem comprometer a compreensão do que se mostrou mais significativo: a relação entre desigualdade de renda da população e o grau de transparência do parecer prévio do tribunal de contas estadual sobre as contas anuais do governador.

O que poderia ser mantido, talvez, seria a sugestão de possíveis variáveis a serem estudadas em etapa qualitativa da pesquisa ou hipóteses a serem consideradas em outros modelos quantitativos, a partir das diferenças verificadas nesses quatro estados.

Sugere-se, assim, que os autores revisem o texto, buscando mais equilíbrio entre o teórico e o empírico. Alguns dos temas presentes no conteúdo atual do texto podem vir a ser explorados em outros trabalhos. Além disso, há algumas afirmações que são discutíveis caso seja considerada uma literatura mais ampla sobre accountability, para além da

perspectiva institucional, que é a privilegiada no texto. Mesmo no âmbito da abordagem institucional, há aspectos a serem esclarecidos sobre as abordagens e conceitos utilizados, tanto sobre accountability em si, como sobre modelos de Estado, instituições formais e informais, história econômica e populacional, considerando as vertentes de análise dentro do próprio institucionalismo.

Há que esclarecer, no trabalho como um todo, a relação entre "informal institutions" e "extractive institutions" e entre "informal" and "formal" ao tratar de instituições. Cabe esclarecer, ainda, do que se trata o "variation in informal institutions' continuity spectrum", bem como a relação entre "Resource extraction" and "extractive institutions", pois se busca explicar o comportamento de instituições contemporâneas com modelos econômicos baseados no extrativismo e exploração de recursos naturais, desde a colonização de países da América Latina. O texto não define, porém, de maneira explícita, esses conceitos.

Outro ponto importante a esclarecer ao longo do texto é se o foco, os dados e análises tratam da transparência do governo ou da transparência do órgão de controle (tribunal de contas) em cada estado. Toma-se a transparência de um elemento (parecer prévio das contas) como proxy para transparência do órgão e para transparência do governo estadual?

Por exemplo, nas páginas 8/9, diz: "We take transparency as a proxy for effective horizontal accountability by oversight agencies. We assume that when oversight agencies help disseminate information about the behaviors of government officers, there is a tendency to increase levels of control of government activities by other officials and state institutions with the expertise and legal authority to monitor them on an ongoing basis". Não fica claro se seria a transparência das instituições de controle ou transparência das informações dos governos a quem controlam, ou ambos.

Em outros trechos, fica mais claro que se trata da transparência das instituições de controle, no caso, os tribunais de contas estaduais e, ainda mais específico, transparência dos seus pareceres prévios sobre as contas do governo. Por exemplo: Pg. 9 – "According to Rocha (2013), the absence of any kind of external regulation on what should be a

national standard of transparency and institutional behavior decreases the quality of the opinions issued by the oversight institutions and weakens their effective control."; Pg 10 – "…the adoption by T.C.s of a more transparent process of horizontal accountability can be an essential factor in reducing the effectiveness of oversight institutions."; Pg. 10 – "We use access to information about the accounts as a measure of transparency."

Há, também, detalhes da metodologia a serem esclarecidos e aspectos de forma a serem ajustados. Por exemplo, menciona-se a Tabela 3, mas essa não consta do texto. Já a Tabela 2 parece fora de lugar no texto e é pouco discutida.

Aponta-se a seguir outros comentários específicos que podem ser considerados na revisão.

INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

O texto inicia desenvolvendo a argumentação por meio de afirmações gerais sobre a democracia e o papel dos órgãos de controle horizontal, como as cortes de contas. O faz, no início, sem apontar referenciais, o que começa a fazer a partir do terceiro parágrafo. Os autores podem considerar se é necessário, no escopo deste trabalho, abordar aspectos mais gerais sobre democracia. Ou se seria pertinente referenciar as primeiras afirmações. Por exemplo, em frases como "Only countries with robust vertical and horizontal accountability can become healthy democracies with a solid rule of law", seria pertinente referenciar e/ou exemplificar?

Considerando os desafios atuais à democracia, inclusive em países mais desenvolvidos e democracias mais antigas do que a brasileira, caberia refletir sobre algumas distinções gerais feitas no texto entre democracias mais antigas, maduras ou em países desenvolvidos e democracias mais recentes, frágeis e em países em desenvolvimento. Talvez haja mais nuances a serem consideradas. Ou se poderia apontar alguns indicadores para classificação de democracias.

O texto assume distinção entre, por exemplo, formal e informal, democracias de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento, países do Sul Global (que se distinguem

do Norte Global, supostamente), além da distinção geométrica horizontal-vertical para tratar de accountability, sem abordar as gradações, nuances e combinações. Pode-se, por exemplo, considerar bibliografia sobre accountability que vai além da metáfora geométrica - horizontal e vertical – e considera os vínculos e combinações entre esses eixos.

Pode-se também olhar mais para as práticas situadas em cada contexto do que para os desenhos e regras institucionais gerais. O problema pode não estar nas práticas que não correspondem ou seguem as regras ou as teorias desenhadas em outros contextos. O problema pode estar, também, nas regras e instituições formais e nas teorias que não se aproximam das realidades que buscam controlar ou estudar. Embora se adote uma perspectiva de análise institucional, talvez seja pertinente mencionar outras possíveis abordagens ao tema.

Na página 6 – linha 32, diz-se: “As a result, formal institutions deeply influence informal institutions”. Ou seria o contrário, nesse ponto da argumentação, considerando o que está dito na frase anterior e na posterior a essa?

Na mesma página, nas linhas 35 e 36, diz-se: “Most importantly, they show how formal and informal institutions can be complementary in some cases”. Seriam complementares em alguns casos ou sempre são complementares?

Na Página 6 – linha 37, o seguinte trecho apresenta um ponto importante, de que o formal não é sempre negativo, indesejável: “The latter is not able to replace but can improve substantially the former”. Na sequência, porém, traz argumento de que as instituições informais são formadas em torno de objetivos que não são considerados publicamente aceitáveis, embora sejam praticados.

Pg. 6 – linha 54 – “So, we expect that exclusive informal political institutions would reduce the overall level of control by the state's oversight agencies.” Aqui seria “extractive” em lugar de “exclusive”?

Pg. 7 – linhas 37-8 – “constraint over the Executive” seria “a strong indicator of inclusiveness”?

Quanto ao Legislativo e ao Judiciário, valeria a mesma necessidade de limitação e controle sobre o poder?

Pg. 7 – linhas 48 e 49 – “Therefore, if local institutions are extractive, that is to say, if there are substantial economic disparities in the local economy,…” Então se pressupõe que contexts de elevada disparidade econômica, as instituições locais (formais e informais) são extrativas?

Pg. 8 – 2º parágrafo – a redação e o argumento não são claros, sugiro rever e esclarecer. Na época do Brasil colonial, a administração não era tão centralizada. Em que sentido o arcabouço econômico seria “ineffective”? No federalismo brasileiro, em vários momentos houve bastante autonomia, funções e poder para as capitanias, províncias ou estados.

“An important issue to clarify the validity of our measure of informal economic institutions is related to the fact that Brazil has had a very centrist and ineffective formal administrative and economic framework since colonial times. Hence, the variation of the inequality measure we want to explore is not related to previous formal institutions, as their institutional effect was homogeneous across the country.”

Na página 10 (“The literature indicates that the accountability problem is not related to the lack of formal institutions responsible for the job but, as a matter of fact, to how they operate in day-to-day politics (Fernandes et al., 2020).”, este trecho reflete uma visão de que as instituições formais seriam as ideais, bem desenhadas, enquanto o problema seria a política, a prática dos agentes? Não se considera que pode haver desafios também na maneira como as instituições formais são desenhadas? Novamente, o informal e a política seriam algo negativo, enquanto o formal e o legal seria o desejável, positivo? Ainda que o desenho das regras formais também passe pela política e pelas elites, em cada contexto?

Na sequência, fica evidente que instituições informais também influenciam as formais. Talvez poderia esclarecer isso já ao colocar essa frase. No mesmo sentido, há que esclarecer o conceito de extractive institutions, sobretudo em sua relação com informal. Informal seria assumido como "extractive" e não inclusivo?

Pg 9 – lines 23-4 – "a closer link with the judicial branch, although oversight institutions are independent". Teriam proximidade com a estrutura e forma de funcionamento do Judiciário, ainda que sejam órgãos auxiliares do controle exercido pelo Legislativo?

"have also shown substantial evidence that state oversight institutions are deeply politically oriented". Não seria o esperado ou não deveriam ser? Se os conselheiros são indicados por agentes políticos, por que não seriam? A questão poderia ser associada à competição eleitoral em cada estado, mas esta, como mostraram os resultados, precisará ser mais investigada, pois não foi significativa, do modo como foi considerada no modelo de análise focalizado.

METODOLOGIA E RESULTADOS

Pg. 10 - "Using this research strategy, we verified how easy it was to get the information." A frase pode ser mais clara. Foi fácil em que sentido?

"However, elections are strongly centralized in Brazil. The federal government has organized it since 1932, and so on". Qual seria a relação entre o fato de que as eleições são organizadas pelo governo federal com a competição eleitoral nos estados? Organizadas em que sentido?

Pg. 11 – sobre a análise de quatro estados - "We present primary evidence on the local history, how it is linked to how local regulation reads the federal norms of transparency." O que significa "reads the federal norms"? Qual "local regulation"?

Tabela 1 – requer explicação de cada variável – como é medida, sobretudo para as 03 primeiras – Transparency 2003-212. Transparency 2003-2019; Transparency Law.

Nos resultados, esclarece que as duas primeiras tratam da disponibilidade do parecer final sobre as contas do governo no website do Tribunal de Contas, mas até então isso não estava claro.

Pg. 13 – "In models 1 to 4, the more unequal the state is, the less transparent it is." Quais seriam os modelos 1, 2, 3 e 4? Adiante, menciona modelos 5 e 6 e os explica brevemente.

Pg 11 – "Results in Table 03 show states in three groups. The most accessible are those whose final opinion was available on the website. In addition, when the document was unavailable online, an inquiry was made by email and, if there was no response, a telephone consultation with the Tribunal de Contas ombudsman." O texto não apresenta, porém, a Tabela 3 e esse agrupamento dos estados em três categorias. A Figura 2, que vem logo a seguir, adota uma escala em cinco níveis e não está explicado no texto como se chegou a essa média, considerando a coleta por vários anos.

Figura 2 – sugere-se renomeá-la, esclarecendo que se trata da transparência do parecer anual do Tribunal de Contas sobre as contas do governador

O que a ausência ou menção menos frequente do termo transparência nos regulamentos dos órgãos indicaria? O fato de um termo ser frequente na legislação seria um indicador de que esse valor é praticado? Outros termos presentes podem indicar algo sobre adesão aos princípios da Lei de Acesso à Informação, por exemplo?

Quanto ao parágrafo que vem logo a seguir da Figura 2, cabe esclarecer em que ano foi feita a coleta de dados a que se refere o parágrafo. No seguinte, sobre a segunda etapa de coleta de dados, é dito que foi em 2020. Mas no primeiro não está dito.

Pg. 13 - "There is no effect of the political competitiveness control variable. (...) Our findings may suggest that the political arena at the state level in Brazil has not affected the levels of transparency. Alternatively, political competition in elections does not mirror a more open society but is a game played by elits. Or indeed both. Further research is needed to address these questions. However, this result is no surprise since the federal government fully manages elections." O que significa aqui "manages elections"? No

sentido de definir regras e organizar o processo eleitoral, via justiça eleitoral? Ou o governo federal influenciaria a composição política e a competição nos estados? De todo o modo, o fato de que a arena política de cada estado não influencie a transparência é de fato algo que precisa de mais investigação.

Figura 03 – no título ou na legenda depois da figura, esclarecer que se trata da média e quais os anos considerados.

Pg 14 – a justificativa para não considerar o distrito federal na análise parece frágil, "We do not consider the federal district as it corresponds to Brasilia, which was built in the 1960s", ainda mais sendo a unidade federativa com maior média de desigualdade medida pelo Índice de GINI.

Pg 14 – "We rapidly explore how the Brazilian Transparency Law, enacted in 2011, has been translated into the local audit regulation on these four cases." Quais seriam os documentos considerados na análise? Seria o regimento geral de cada TC? Quais foram os documentos e a estratégia de análise pode ser algo explicado na metodologia. Na análise dos quatro estados – Acre, Bahia, Rondônia e Santa Catarina – são mencionados esses aspectos, bem como elementos históricos, que não foram explicados na seção de metodologia e não fica claro como foram coletados e considerados.

Pg 16 – linhas 17-20 – "Contrary to Norton and Smith's (2008) findings that those audit institutions whose power derives from a Constitution… our results contradict their conclusion". Esse ponto da literatura não foi apresentado antes no texto, seja na contextualização, na apresentação do referencial teórico ou na construção das hipóteses.

Para futuros estudos, além da disponibilidade do parecer prévio no website dos Tribunais de Contas, seria interessante analisar também seu conteúdo, a indicação do parecer pela aprovação, rejeição ou aprovação com ressalvas, e o que aconteceu a partir disso em cada Casa Legislativa.

Pg. 16 – Tabela 2 – parece fora de lugar no texto e talvez não seria necessário incluí-la. Se sim, talvez como apêndice e explicando-a no texto.

CONCLUSÕES

Esta seção merece revisão atenta. O conteúdo das conclusões é mais amplo e geral do que o recorte de dados empíricos e de análise apresentados neste trabalho. Supõe-se que as conclusões que ora fecham o texto são decorrentes de pesquisa mais ampla, na qual o presente trabalho se insere. Isso precisa ser esclarecido, explicando o que são conclusões decorrentes dos dados e análise apresentadas no texto e sendo mais específico e o que são considerações mais gerais associadas ao tema e à pesquisas sobre o mesmo.

No primeiro parágrafo, por exemplo, são feitas afirmações gerais como se fossem verdades consolidadas na literatura e na realidade, mas são questionáveis, sujeitas a debate e demandantes de evidência. A primeira frase "Accountability is a necessary pre-condition for strengthening democracy" sujeita-se a debate, pois accountability pode ser tanto uma pré-condição como um meio e um resultado do fortalecimento da democracia. Na concepção implícita na frase, como seria estabelecida a accountability – por imposição? Sua previsão formal como suficiente? Quanto à segunda frase "In newly established democracies, horizontal accountability tends to be more fragile than vertical accountability, especially at the state level", em democracias mais antigas seria diferente? Vertical aqui se refere apenas a eleições ou também a mecanismos de controle vertical durante o mandato? Por que mais nos estados do que na União ou nos municípios?

No segundo parágrafo, são apresentadas conclusões sobre o que o trabalho teria demonstrado que vão além do que foi apresentado a discutido empiricamente. Há que se esclarecer que o baixo grau de transparência nos estados é relativo a um aspecto mais específico, que foi empiricamente analisado. Pode dar a impressão de que se trata da transparência da administração pública estadual como um todo e isso não foi explorado nos dados e análises, no presente trabalho.

A discussão sobre "inclusiveness and extractiveness of institutions" e como afetariam o trabalho dos Tribunais de Contas, embora ressaltada nas conclusões, não foi discutida em relação ao recorte de dados e análise empírica apresentada no texto.

Reviewer 2 report

Date review returned:

Comments to the authors:

The article is well written, the research design is interesting and innovative, and novel data is presented. However, the paper emphasizes horizontal accountability rather than transparency — the word transparency is absent in the abstract and the keywords, for example. It is reasonable to hypothesize that less transparent Courts of Accounts (Tribunais de Contas) are less effective in their oversight function; however, what the data shows allow for conclusions related to transparency, not accountability.

Another aspect with room for improvement is the qualitative analysis. It is unclear why the authors decided to explore only four cases — perhaps six (three most unequal and three less unequal) would be more advisable, as this sample would represent more than 20% of the states. Lastly, it could be interesting to mention literature about extractivist contexts and good governance. See, for example, Amundsen, I. (2019). Extractive and power-preserving political corruption. In Political Corruption in Africa (pp. 1-28). Edward Elgar Publishing.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Date review returned: June 16, 2023.

Comments to the authors:

O texto foi aprimorado da primeira para a segunda versão. A seguir, aponta-se detalhes a serem considerados na revisão, de modo que o texto se torne mais preciso e que sua contribuição ao campo de conhecimento se torne mais evidente.

TÍTULO

Sugiro rever. A palavra disclosure, por exemplo, consta do título e não aparece no texto.

RESUMO

Sugiro revisar o resumo, após a revisão do texto como um todo.

Explicitar o foco da análise em torno da relação entre Transparência (medida pelo acesso público aos pareceres prévios elaborados pelos Tribunais de Contas estaduais sobre as contas dos governadores) e desigualdade de renda (medida pelo "Income Gini Index").

"less inclusive overall informal institutional set" – utilizada no resumo, mas não mencionada no texto, deste modo.

"worsening performance" – é isso mesmo?

"the hypothesis of how" – é isso mesmo?

"vast social, political, and economic diversity within a single and centralized formal institutional framework" – em geral, sobre tribunais de contas?

REDAÇÃO

Recomenda-se revisão ortográfica e gramatical, com atenção para a clareza e completude de cada frase. Sugere-se usar mais ordem direta e frases curtas. Há várias frases que são difíceis de acompanhar, entender, parece que falta alguma palavra ou não fica evidente a conexão entre os argumentos.

INTRODUCTION

O texto da introdução é longo, com quatro páginas. Já a seção 3 e a seção 4 tem cerca de uma página cada uma.

Sugiro que a introdução seja mais sucinta e que evidencie o foco do texto, enunciado conforme a hipótese principal (que é enunciada apenas ao final da seção 2), explicitando os conceitos incluídos na hipótese (transparência e desigualdade econômica/de renda) e qual o recorte/dados empíricos que são escolhidos para testar a hipótese. Transparência (medida pelo acesso público aos pareceres prévios elaborados pelos Tribunais de Contas estaduais sobre as contas dos governadores) e desigualdade de renda (medida pelo Income Gini Index) são os dois conceitos e elementos principais da pesquisa, como fica evidente ao final da seção 2 e na seção 4 (data collection and methodology). Considerar se seria o caso de mencionar na introdução também as variáveis de controle.

Pode-se rever a necessidade de mencionar alguns temas, como comentários mais gerais sobre democracia. Outros trechos, se mantidos, poderiam constar de outra parte do texto.

Por exemplo, os parágrafos que foram inseridos sobre relação combinação/articulação entre accountability vertical e horizontal ou accountability social e institucional, pois se trata de uma abordagem distante daquela que é adotada no texto. Pode ser mencionada como contraponto ou explicação de que há outras abordagens sobre o conceito de accountability, mas não me parece que cabe esse detalhamento na introdução.

Como já havia mencionado um dos avaliadores, o conceito principal na pesquisa é transparência e não accountability. Entendo que transparência é uma dimensão de accountability e que a pesquisa focaliza tribunais de contas, órgãos de accountability horizontal. Isso pode ser dito e justificado de modo breve na introdução, mas não é necessário detalhar debate sobre accountability, democracia etc.

“In new democracies, horizontal accountability tends to be more fragile than vertical since authoritarian informal institutional legacies are more challenging to transform than organizing free and fair elections.” Há estudos que o demonstrem? Se sim, podem citar?
“Information about how the government deals with daily problems and how funds are as…”. Frase incompleta, falta algo depois ou entre “funds are”.

“Hollyer, Rosendorff, and Vreland (2018) highlight that transparency is a common theme for improving governance and…” A “common theme” seria o mais preciso?

O quarto parágrafo da introdução faz um paralelo entre “ancient democracies, such as Athens...” e “contemporary liberal democracies”. No parágrafo seguinte, aborda as heranças institucionais de regimes pré-democráticos, incluídos aí os órgãos de controle (“institutions considered essential for contemporary democracies developed from pre-democratic institutions – especially oversight institutions”. Entendo que pre-democratic institutions, aqui, não teria relação com “ancient democracies” do parágrafo anterior, certo? Há um salto ou um gap/lacuna entre os dois parágrafos. Até porque, em seguida, fala-se do exemplo de um órgão de controle da monarquia francesa. Bem adiante no texto, nas conclusões, o período de referência é o da ditadura militar (seria a de 1964-1985, supõe-se) e não o Brasil colonial (que em outras partes do texto é considerado como referência para o desenho de instituições como os Tribunais de Contas).

Enfim, pode ser mais clara a relação ou o que seriam regimes democráticos e não democráticos, e a qual contexto se referem termos como “ancient”, “pré”, “liberal” e “contemporary”. Mesmo na contemporaneidade, há diferentes regimes. E com diz no texto, há “oversight institutions” também em regimes não democráticos. Outra opção seria não entrar nesse detalhamento de ancient, pré... e resumir explicando que há órgãos de controle em diferentes regimes e que nem sempre seu desenho institucional está alinhado com a cultura política do contexto em que opera.

“That may lead to a false boundary between these two dimensions.” “false boundary” seria a expressão mais precisa? Me parece forte afirmar que é “falso. É talvez limitado, simplificador da realidade, o que é parte da proposta no modelo de análise em questão (em dois eixos) ou em qualquer modelo heurístico.

“For informal and formal institutions, breaking the rules causes credible external sanctions (Seyoum, 2011, p.922).” Isso sempre ocorre? Há literatura mostrando que em várias situações as sanções previstas não são aplicadas. E que nem sempre a punição é a ênfase necessária para a accountability ou um caminho desejável para solução de problemas.

"Accountability rules, which are formal institutions" – na perspectiva adotada pelos autores, accountability rules se refere apenas a instituições formais, correto? Mas há abordagens de accountability que consideram também as expectativas e a resposta a essas expectativas (responsividade) envolvidas nos processos políticos, relações entre atores, construção de confiança etc.. Poderiam dizer algo como "Formal accountability rules and institutions..." ou "... aqui consideradas apenas em seus elementos formais..."

Na primeira vez que aparece o termo "extractive institutions" sugiro definir do que se trata, antes de abordar os efeitos que podem produzir.

Além de não estar clara a definição de "extractive institutions", "informal extractive institutions" e "inclusive institutions", usa-se vários termos ao longo do texto e não me parece claro se são considerados como sinônimos ou qual é a relação entre os mesmos: informal institutions, extractive institutions, extractive forms of development, extractive interests, informal extractive political institutions, informal extractive economic institutions, positive informal institutions.

Em alguns lugares aparece "extractive informal institutions", em outros "informal extractive institutions". É o mesmo?

Entende-se no texto que informal extractive institutions seria o oposto de inclusive institutions. Mas isso não é explicitado até o final da introdução, quando se esclarece que "We measure the continuum of informal institutions from inclusiveness to extractiveness by the degree of income inequality". É necessário, antes, definir inclusive informal institutions e extractive informal institutions, indicando como podem ser identificadas ou medidas e explicitando que, nesta pesquisa, considera-se apenas "income inequality – measured by the Gini Index" para classificar uma instituição nesse contínuo.

Na última frase da seção 3, aparece o que pode ser um elemento da definição: "And if extractive informal institutions (i.e., those that perpetuate inequality) are stronger than the inclusive informal institutions, ... (estas seriam as que contribuem para reduzir desigualdade de renda?)

“For example, in almost all Latin American nations, top elites are composed of European descendants, who command the largest share of income (Abad, van Zanden 2016).” Me parece uma afirmação genérica. É necessária no texto? A qual período se refere? Há dados sobre isso que caberia mencionar? É o caso no Brasil?

“However, informal institutions vary from state to state with a relatively high level of inclusiveness, such as those in the state of Sao Paulo.” Não entendi bem a frase. São Paulo é um estado menos desigual do que outros ou suas instituições informais são mais inclusivas?

Na continuidade do parágrafo, entende-se que o índice de desenvolvimento humano e a densidade de organizações não-governamentais seriam indicadores de inclusividade de instituições informais, é isso?

“Consequently, informal institutions vary a great deal around the mean of extractiveness across the country, while formal institutions have been more homogeneous since the establishment of the colonial administration.” Não está clara a frase. Rever redação das duas partes da frase e conexão entre as duas partes. Na segunda parte, são homogêneas de um estado para o outro e/ou ao longo de diferentes períodos, do colonial ao atual?

“Another strength of our research design is that state governments in Brazil are in charge of the delivery of most health and education services.” Mencionar também os municípios, co-responsáveis por serviços de saúde e educação e também controlados pelas cortes de contas?

“As they had to mirror the Tribunal de Contas da União, the Brazilian oversight system…” Esclarecer que aqui se trata do controle externo via TCs que se espelha no TCU, não todo o sistema de controle brasileiro.

2. THEORY AND HYPOTHESES

“The resolution of this conflict depends logically on the legal framework, but it also hinges directly on the distribution of available resources (Acemoglu, Johnson and Robinson 2005)”. São necessárias as palavras “logically” e “directly”?

“Thus, despite the oscillations between centralization, formal institutions tend to have always been homogeneous in Brazil since colonial times.” Ou seja, não teria havido mudança nas insituiçoes formais brasileiras desde o período colonial? Isso valeria para o conjunto das instituições formais ou, especificamente, para os tribunais de contas?

“That said, the heritage of slavery in today's economics is strongly connected with informal and not formal institutios.” Informal and not formal, é isso mesmo? Precisa de ambos? Ou seria formal and informal?

A hipótese que aparece ao final do item 2 (Ho – More equality in the distribution of economic resources (less economic inequality) positively correlates with transparency) poderia ser mencionada desde a introdução. Toda a discussão sobre extractive institutions, extractive informal institutions etc. poderia ser mais sucinta e o texto como um todo poderia estar organizado em torno desta hipótese e dos conceitos de transparência e de economic inequality, que é mais clara.

Esclarecer (explicar relação) que o índice utilizado mede desigualdade de renda, não desigualdade econômica como um todo.

3. STATE HORIZONTAL ACCOUNTABILITY IN BRAZIL

Sugiro rever o título da seção 3, que poderia explicitar o foco nos tribunais de contas estaduais como órgãos de accountability horizontal, pois não se aborda o conjunto da accountability horizontal.

“Brazil has a fully institutionalized oversight system” – o que se entende por “fully institutionalized”?

4. DATA COLLECTION AND METHODOLOGY

Precisa de ambos os termos no título da seção?

“Our empirical strategy starts with a brief analysis of the Brazilian state oversight system. We surveyed the opinions of Tribunais de Contas from 2003 through 2019 for every Brazilian state.” Seria uma análise do Sistema de controle brasileiro ou do sistema de um de seus componentes (ou subsistemas), o sistema de tribunais de contas?

Explicar o que é medido pelo Income Gini Index.

“Finally, we also control the effect of the Brazilian Transparency law, enacted in 2013.” Não entendi a frase e como isso foi feito.

5. MAIN RESULTS

“Acre and Amapá, two poor states in the Amazon region, illustrate the lack of horizontal accountability.” Ilustram a falta de accountability horizontal ou a falta de transparência do tribunal de contas, da qual decorre uma fragilidade da accountability horizontal nesses estados?

Frase similar aparece em dois trechos da seção 5. Verificar se necessário:

“It is important to consider that despite inequality remaining high in Brazil, there is considerable variation within states, ranging from 0.630 in the Federal District to 0.424 in Santa Catarina.”

“It is essential to consider that despite inequality remaining high in Brazil, there is considerable variation within states, ranging from 0.630 in the Federal District to 0.424 in Santa Catarina. We show the average inequality within Brazilian states in the period in Figure 03.”

“…Acre, and Bahia all of them have very historical formations” – falta algo na frase.

“Acre, and Bahia all of them have very historical formations” – pode ser mais claro.

“Besides that, further research should explore qualitative the opinions that were collected, their content and how they were used by the Legislative branch”. – redação pode ser mais clara.

“There is strong evidence that extractive institutions play a fundamental role, mainly in the economic dimension” – um papel fundamental em que, onde?

“These results highlight the importance of a reform process within pre-democratic institutions for promoting a more inclusive institutional environment.” E vice-versa? Ainda, um processo de reforma que precisa incluir outros aspectos além das leis, como dito logo adiante: “...legal reforms to promote democracy and to improve accountability by just regular reforms on formal institutions can lead to poor results.”?

“To change that, the set of necessary policies goes beyond what one would suggest for bureaucratic corruption” – redação pode ser mais clara.

“legal reforms to promote democracy and to improve accountability by just regular reforms on formal institutions can lead to poor results.” O que seria “regular reforms”?

6. CONCLUSIONS

“In Brazil, federal and state legislatures carried almost the same institutional design of oversight institutions from the period of military dictatorship, despite the massive progress in the last thirty years towards free and competitive elections.” – aqui o período da ditadura militar (de 1964 a 1985) é considerada como referência, enquanto em vários pontos do texto o período colonial é considerado como referência para instituições analisadas.

Seria legislations em lugar de “legislatures”?

"Here we focus specifically on transparency". Poderia ser foco em transparência e em TCs?

"We find evidence that states in Brazil with more extractive informal institutions have a lower level of transparency than states with more inclusive institutions." Sem explicar de modo claro a definição de uma e outra (extractive informal institutions e inclusive institutions), me parece que esta frase tem pouco fundamento/clareza.

"… we conclude that the level of inclusiveness or extractiveness of institutions affects how Tribunais de Contas work". Sem explicar de modo claro a definição de inclusiveness or extractiveness of institutions, me parece que esta frase tem pouco fundamento/clareza.

"homogeneous across all territories" – poderia ser across different states?

"The improvement of horizontal accountability is a challenge when beginning to make democracy work in emerging economies…" – redação pode ser mais clara.

"…and guarantee the power change" – precisa? Redação não me parece clara.